



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

Estado de Minas Gerais

LEI Nº 1.666

De 14 de dezembro de 2017.

Institui o Plano Plurianual de Ações do Município de Tombos para o quadriênio 2018 /2021 e dá outras providências.

O Povo do Município de Tombos, por seus representantes na Câmara de Vereadores, aprovou, e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Esta Lei contém o Plano Plurianual do Município de Tombos para o quadriênio 2018/2021 no valor de R\$ 118.928.889,14 (Cento e dezoito milhões, novecentos e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos), conforme anexos integrantes contendo as diretrizes governamentais, objetivos e metas da Administração Municipal para as despesas correntes e de capital e outras delas decorrentes, e ainda para aquelas relativas aos programas de duração continuada, de conformidade com as determinações da Constituição da República Federativa do Brasil no seu art. 165, § 1º, combinado com o art. 35, § 2º, inciso I do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - As diretrizes governamentais, os objetivos, as metas e as despesas correntes e de capital e outras delas decorrentes, assim como os programas de duração continuada, referidos no artigo anterior são aquelas especificadas nos Anexos desta Lei.

Art. 3º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em cada exercício, procederá ao detalhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá implantar sistema de acompanhamento da ação governamental com vistas à avaliação da execução físico-financeira das metas a que se referem o *caput* deste artigo.

Art. 4º - Anualmente, observado o prazo de envio da Lei Orçamentária, o Poder Executivo poderá submeter à Câmara de Vereadores, mediante projeto de lei, revisão do Plano Plurianual, para o fim de ajustá-lo às circunstâncias emergentes no contexto social, econômico e financeiro, bem como ao processo gradual de reestruturação do gasto público municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. A reestruturação do gasto público municipal terá como objetivos básicos:

- I - assegurar o equilíbrio das contas públicas;
- II - conferir racionalidade e austeridade ao gasto público municipal;
- III - ajustar a execução das políticas municipais, fortalecendo as funções inerentes ao poder público, visando ao mesmo tempo proveito da capacidade gerencial e da eficiência;
- IV - privilegiar as despesas relativas às ações de ponta, como forma de aumentar a eficiência e o alcance do Serviço Público.

Art. 5º - Durante a vigência do Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, assim como os planos e programas setoriais e regionais que vierem a ser executados pela Administração Municipal, deverão guardar coerência com as diretrizes, objetivos e metas constantes dos Anexos desta Lei.

Art. 6º - Nenhum investimento cuja execução ultrapassar um exercício financeiro poderá ser iniciado sem a prévia inclusão neste Plano, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor no exercício de 2018, a partir de 01 de janeiro.

Prefeitura Municipal de Tombos, 14 de dezembro de 2017

Luciene Teixeira de Moraes
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

Estado de Minas Gerais

ANEXO I - DIRETRIZES GERAIS

Ao se estabelecerem metas para o quadriênio 2018/2021, sob o instrumento denominado Plano Plurianual de Ações, é natural que se apresente de imediato a manutenção dos investimentos nos serviços públicos essenciais, sobretudo porque parte considerável da população depende da intervenção do Poder Público no que se refere à sua prestação. Com efeito, o presente Plano conterà parcela significativa de investimentos para a manutenção, melhoria e expansão dos serviços essenciais de saúde, educação, infra-estrutura e assistência social.

Os investimentos na manutenção, melhoria e expansão dos serviços públicos essenciais, por seu turno, exigem alocação de recursos destinados à modernização dos instrumentos de trabalho em todos os setores e à valorização dos servidores municipais. Daí se encontrar também parcela de recursos voltados para a modernização administrativa e implementação de política de recursos humanos que compreenda o servidor como cidadão e agente de construção da cidadania.

O sentido desses investimentos está em melhorar as condições de vida da população e se situa no âmbito da assistência social, aqui tomada em sentido amplo, qual seja, o de política de desenvolvimento social.

Todavia, as políticas sociais não podem ser apartadas da perspectiva de desenvolvimento amplo, o que exige investimentos de natureza estrutural. Aí se concentram os recursos destinados à melhoria da infra-estrutura urbana e rural como pavimentação, construção de equipamentos de convivência e lazer, habitação, além de outros.

Se todos os investimentos assinalados já se apresentam de modo exigente, tenha-se ainda que o Município precisa fazer intervenções no domínio econômico



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

Estado de Minas Gerais

exatamente para ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda, sob pena de não minimizar as perversidades da sua realidade econômica. À conta disso, embora muito aquém das demandas, são reservados recursos para o incentivo à produção rural, basicamente de atendimento e incentivo da agropecuária local.

Noutra frente, face à riqueza do patrimônio cultural e da história do nosso povo, reservam-se ainda investimentos para o incentivo preservação da memória e patrimônio históricos, os quais têm em vista o incentivo ao turismo e às possibilidades de geração de emprego e renda.

Demais disso, não se pode esquecer que o Plano Plurianual é instrumental de planejamento, como o próprio nome está a indicar. Com efeito, cumpre-se observar com rigor os termos da legislação aplicável, sobretudo a que se refira ao equilíbrio das finanças públicas, o mote essencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sob o norte dessas reflexões e premissas, são apresentados a seguir as diretrizes e objetivos específicos deste Plano Plurianual de Ações:

1. Desenvolver ações planejadas e transparentes tendentes à prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas municipais, saneando-as;
2. Detalhar e assegurar exequibilidade na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual das metas e prioridades definidas neste Plano Plurianual de Ações;
3. Definir critérios para elaboração dos orçamentos do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

Estado de Minas Gerais

4. Promover o equilíbrio entre receitas e despesas, mediante critérios estabelecidos na LDO, buscando um mínimo de capacidade de investimento, para crescimento sustentável do Município;
5. Definir critérios para a execução orçamentária, especialmente no tocante à concessão de subvenções, transferências de recursos para cobrir custeio de órgãos do Estado ou da União e para início de novos projetos, destacando os de natureza social;
6. Fortalecer o controle interno, aprimorando: a eficiência dos procedimentos e processos; a arrecadação dos tributos e o combate a inadimplência; o controle das despesas por unidade orçamentária;
7. Acionar os mecanismos previstos pela LRF sempre que as receitas municipais não comportarem o cumprimento das metas e se a dívida fundada ultrapassar teto legal;
8. Obedecer os limites legais para os gastos com pessoal, adotando mecanismos que possibilitem a prevenção e o efetivo controle, sem aviltar os vencimentos, assegurando o disposto no inciso X do art. 37 da CR;
9. Combater a evasão de tributos, ampliando o sistema de fiscalização e execução e ainda, pedagogicamente, adotando mecanismos que possibilitem a contribuição consciente, dentre eles campanhas educativas que demonstrem a destinação dos recursos.
10. Possibilitar, na elaboração do Orçamento Municipal, a participação da comunidade, estimulando o debate público das despesas, investimentos e montante arrecadado, ampliando a capacidade administrativa e de gestão democrática, com fulcro nos modernos instrumentos de participação popular, tal como o Orçamento Participativo, elevando a consciência crítica geradora de cidadania.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

Estado de Minas Gerais

11. Planejar a distribuição dos equipamentos e dos serviços públicos, com o objetivo de assegurar a todo cidadão o direito ao trabalho, moradia, educação, saúde, lazer, esporte, cultura, segurança e meio ambiente saudável com boa qualidade de vida.

12. Tornar o Município culturalmente mais rico e diversificado, com ênfase nos projetos que valorizem o Patrimônio cultural e os costumes locais, estimulando as indústrias turístico-culturais.

13. Estimular a propulsão econômico-financeira do Município, despertando a vocação local, objetivando ampliar o acesso aos postos de trabalho e melhoria da qualidade do emprego.

Prefeitura Municipal de Tombos, 14 de dezembro de 2017.

Luciene Teixeira de Moraes

Prefeita Municipal